



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2014 -----

Aos vinte e oito do mês de fevereiro de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

Faltaram à presente sessão os deputados municipais José Francisco Teixeira Lopes e Marília Coelho Ribeiro Costa, tendo apresentado as devidas justificações, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Face à ausência do Primeiro Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, interinamente, e para esta reunião, o deputado municipal Manuel Dias Fraga para desempenhar as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Pelas dezoito horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1- Antes da ordem do dia -----

1.1 - Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, iniciou a sua intervenção dando um cumprimento especial ao senhor Presidente da Assembleia pela sua eleição e desejando que seja feito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

um mandato de acordo com o nível que esta Assembleia merece. Também agradeceu a resposta ao requerimento apresentado que já demonstra um bom sinal, esperando que continue assim. De seguida, referiu que iria recordar o passado de quatro anos pois entende que merecem essa recordação. Recordou que, em 2006, o Partido Socialista, na voz do senhor arquiteto João Almeida, questionou o anterior executivo de que o PDM era um fator que promovia a desertificação, estando nessa altura o PDM com cinco anos de atraso. Vê agora que o Partido Socialista está há quatro anos e meio no poder e o PDM continua por concluir, pelo que, neste momento, o Partido Socialista está de acordo com as suas palavras de 2006. Recordou também que, em 2007, o senhor Vereador Paulo Mota, na altura presidente da Juventude Socialista, apresentou um documento com uma solução para a Casa da Igreja, que dizia ser uma proposta que se limitava a transformar salas abandonadas em gabinetes, verificando que continua a estar com salas abandonadas, apesar de lá estarem os escuteiros. Afirmou que, atualmente, a Casa da Igreja continua abandonada e o concelho continua a sofrer o flagelo da desertificação pelo que solicitou que o senhor Vereador Paulo Mota explicasse a razão por que esta casa continua abandonada. Referiu que na altura também foi dito que o apoio aos jovens empresários podia fazer a diferença no momento de optar pelo local onde instalar uma empresa, pelo que questionou o senhor Vereador perguntando aonde é que esses jovens estão a instalar empresas em Mondim de Basto neste momento, visto que todos sabem que os jovens estão a sair deste concelho. Questionou se, a Casa da Igreja, conforme está, é o futuro do concelho e se a afirmação do senhor Vereador Paulo Mota, proferida em 2006, está hoje adequada ao que foi proposto na altura. Referiu também que gostaria de saber se o projeto que o senhor Paulo Mota entregou na Câmara na altura se está esquecido, se está guardado ou se vai ser executado, sendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que entende que já vai tarde para quem já está há quatro anos e meio dentro desta Câmara. De seguida referiu que achava estranho que, quando questionava que a Via do Tâmega não deveria ser uma contrapartida da barragem por ser um direito do concelho, já aquando do encerramento da linha do comboio, o senhor Presidente da Câmara não queria saber disso porque pretendia a Via do Tâmega através da barragem. Agora, estranhamente, vê o senhor Presidente da Câmara aparecer com a exigência de que o Governo deve fazer a Via do Tâmega, com a ligação, através dessa contrapartida de que o concelho já tem direito há trinta anos. Face ao exposto, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o motivo da mudança de estratégia, perguntando se o projeto da barragem do Fridão está em stand by ou se está adiado para alguma data. Aproveitou para lembrar ao Senhor Presidente que na sua campanha eleitoral, em 2009, disse que se fosse eleito não deixaria o Governo em paz e que iria trazer a Via do Tâmega mas passados quatro anos e meio, o Senhor Presidente da Câmara não está em Lisboa, não trouxe a Via do Tâmega, Mondim continua encravado e a sofrer essa situação sem nenhum acesso. Questionou também o senhor Presidente da Câmara, e relativamente a uma declaração feita em tempos, de que sem a Via do Tâmega não é possível desenvolver Mondim, se o quadro comunitário não prever mais obras dessa natureza caso, de acordo com a afirmação, Mondim fica sem solução para desenvolvimento. Perguntou se existem limitações em encontrar soluções para desenvolver este concelho só porque não há Via do Tâmega. Referiu que no mandato anterior o Senhor Presidente da Câmara dizia sempre que a freguesia de Mondim de Basto pedia sempre para fazer obras. No atual mandato, a freguesia já fez um pedido acerca do passeio de Pedravedra para Mondim e até à data continua sem saber se esse pedido irá ou não ter seguimento. Referiu que a Junta estava disposta a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

contribuir na execução dessa obra mas gostaria rapidamente de saber qual a viabilidade de fazer essa obra. Acrescentou que havia também a necessidade de fazer uma escadaria na Recta da Pena, da Estrada 304 ao Centro Escolar, pedido de autorização já efetuado junto da autarquia, que permanece também sem resposta. Considera que esta não é a forma de trabalhar em harmonia. Considera que existe essa necessidade e que prefere que o senhor Presidente da Câmara diga que não autoriza, e está dada uma resposta, e aí a Junta saberá como agir. Dirigindo-se à senhora Vereadora da área social, salientou que a freguesia também já pediu, como já o fizeram outras freguesias e associações, a cedência de escolas primárias abandonadas, pedido fundamentado num projeto e até hoje, não obteve resposta. Entende que é uma proposta que garantirá um certo apoio aos idosos (divertimento, ocupação, convívio), solicitando uma resposta ao pedido, considerando que o silêncio não é a melhor forma de trabalharem juntos. -----

O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para colocar três questões e depois entregar dois requerimentos à Mesa. Dessas três questões, uma delas é um pedido de correção e uma chamada de atenção para uma circunstância que reputa de injusta e, sobretudo, uma demonstração de uma apressada decisão sobre uma matéria que toca a todos e que se relaciona com as comemorações do Foral. Considera que há uma situação injusta que lhe parece que tem de ser corrigida e é nesse sentido que vai a sua intervenção e que se prende com a circunstância de se limitarem as comemorações do Foral Manuelino (é desse que estamos a falar porque é desse que passam os quinhentos anos) porque esse foral não se circunscreve a Mondim e a Ermelo. Saúda o facto haver uma decisão em conjunto de comemorar também a passagem do Foral de Ermelo mas, assim como se comemora o Foral de Ermelo, tem de se comemorar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

também o Foral de Atei, porque Atei, tal como Cerva, constam do foral físico em que estão consignados esses direitos coletivos. Evidentemente que outros haveriam como seja o caso do Bilhó, que está incluído no primeiro foral de Ermelo, ou até da Anta, mas efetivamente está-se a comemorar os quinhentos anos e, se merecem ser lembrados todos os outros, o que não pode é ser esquecida uma das partes e Atei é demarcadamente uma das partes, está no índice dos forais da Torre do Tombo e, só por uma questão de pormenor, adiantou que no próprio Foral de Ermelo se remetem determinadas matérias para o foral concedido a Atei. Como tal, pediu a atenção para que esse reparo seja atendido. Referiu que as duas outras questões se prendiam com umas perguntas que gostaria de colocar ao executivo camarário relativamente à Associação de Municípios do Baixo Tâmega. Em devido tempo, o grupo parlamentar do CDS-PP deu conta da oposição que era obrigado a fazer relativamente à decisão de abandonar essa Associação de Municípios. Reiterou a oposição que fazem porque consideram que nunca foi comunicado a esta Assembleia o abandono formal da Associação de Municípios do Baixo Tâmega. As razões porque então o fizeram e colocaram esta oposição eram muito claras porque há um sem número de questões da maior importância para o concelho, como é para os concelhos limítrofes, sobretudo os que estão na margem do Tâmega, relativamente a interesses comuns que são melhor defendidos, como qualquer um pode avaliar, se forem defendidos em conjunto. Recorda que o Senhor Presidente da Câmara então pôs uma questão que se prendia com as questões financeiras para a manutenção do município nessa Associação de Municípios. O deputado municipal solicitou ao senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o ponto de situação da integração ou desintegração de Mondim de Basto na Associação de Municípios do Baixo Tâmega. A sua terceira questão prende-se com a CIM do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Ave pois teve conhecimento que existe também, ou foi manifestada, uma intenção de modificação dos estatutos integrantes da CIM do Ave para eventualmente Mondim poder passar para a CIM do Alto Tâmega. Entende que os deputados municipais merecem uma palavra acerca de qual é a situação neste momento, até porque, quanto sabem, efetivamente o assunto não foi discutido em reuniões do executivo, pelo que consideram que é uma posição assumida individualmente. Para terminar, o deputado municipal entregou à Mesa dois requerimentos dirigidos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que passou a ler. Primeiro requerimento: *«Uma vez que até ao presente esta Assembleia não teve qualquer informação sobre processos judiciais que decorrem ou possam decorrer com a autarquia de Mondim de Basto, venho solicitar a Vossa Exa. que me seja fornecida a seguinte informação: 1- Saber quais os processos judiciais que a Câmara Municipal tem neste momento. 2- Saber o que está em causa em cada um deles. 3- Sabem quem são os advogados que estão adstritos aos processos»*. Segundo requerimento: *«A Comissão Política do CDS-PP de Mondim de Basto teve uma reunião com a equipa técnica do ON2, no dia sete de fevereiro, em que nos foi comunicado que a Câmara Municipal de Mondim de Basto tinha sido notificada para justificar as contradições resultantes das obras da Regeneração Urbana. Neste sentido, venho solicitar a Vossa Exa. que me sejam fornecidos os seguintes documentos: Cópia de toda a correspondência enviada e recebida por ofício trocada entre a Câmara Municipal e a ON2 sobre o processo a regeneração urbana, a partir do pedido de esclarecimento solicitado pela ON2 à Câmara Municipal, com a referência STAJCACI/CM/ID1422928, inclusive, até à presente data»*. -----

O deputado municipal João Armando Saraiva de Almeida fez a sua intervenção no sentido de referir que, em relação à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, de que fez várias referências, no tempo dos executivos anteriores, sobre a revisão do PDM, continua a pugnar para que a revisão do PDM vá o mais rapidamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

possível para a frente. Em relação ao que o senhor Presidente da Junta de Mondim referiu sobre a Casa da Igreja e sobre outros investimentos que se poderia fazer, esclareceu que, aquando da aprovação do orçamento e dos grande planos para 2014, a conclusão a que se chegou é que dinheiro para investimento neste momento é quase zero e que o executivo pretende honrar primeiro os pagamentos de dívida e os compromissos que tem com fornecedores e que é por essa razão que não há dinheiro para investimento. Acrescentou que, tendo em conta que o senhor Presidente da Junta de Mondim de Basto também há mais de quatro anos e meio pugnou aqui pela resolução do hotel das rãs, tendo tomado a iniciativa de resolver o problema, queria saber se o executivo sabe de alguma coisa, se o hotel continua naquelas condições e porquê. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação ao senhor Presidente da Junta de Mondim, referiu que não queria falar no passado, acha que a política não se constrói falando no passado, constrói-se resolvendo os problemas do presente e tendo ideias para o futuro e é isso que procura fazer, mas que queria falar de uma questão, que não é de um passado tão longo, que foi na quarta-feira, e às vezes muda-se de opinião da quinta para a sexta, mas que o senhor Presidente da Junta mudou de opinião de quarta para sexta. Referiu que todos ouviram o senhor Presidente da Junta desvalorizar a via do Tâmega, e que, apesar de o executivo lutar pela via do Tâmega, está só nesta luta porque dessa bancada acham que a via do Tâmega não é importante para a região e vêm agora questionar o executivo sobre o que tem feito para a Via do Tâmega. Respondeu que o executivo faz aquilo que tem de fazer: assinou um protocolo em 2010 onde está escrito que quando a licença da barragem for emitida, três meses após a licença, as obras iniciam. Há uma parte que é feita pela EDP e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

há outra parte que será feita pelo Estado e que aquilo que o executivo tem feito é pugnar e exigir do Estado, deste Governo (se estivesse lá outro seria feito da mesma forma) para que essa parte seja resolvida. Acrescentou que foi feita pela primeira vez uma iniciativa que entende que é de louvar que é de juntar os três municípios (Mondim, Celorico e Cabeceiras) para exigir a conclusão de Celorico para o Arco. Os três concelhos não se podem fechar sobre si próprios e é importante que todos juntem forças para conseguir junto do Governo, no próximo quadro comunitário, a conclusão Mondim-Celorico e Mondim-Arco. Naturalmente que não esconde que a ligação de Mondim a Celorico deve ser prioritária, até porque, e todos sabem, que o que está pior servido em termos de acessibilidades é Mondim de Basto. Afirmou que o executivo iria continuar a lutar por uma ligação a Celorico, acha que há boas condições para isso ser feito com a barragem, e continuará também, em termos regionais, a lutar por uma ligação Celorico-Arco. Relativamente à questão levantada pelo deputado municipal João Alarcão sobre os Quinhentos Anos do Foral e a questão de Atei, salientou que foi constituída uma comissão científica para tratar das questões do Foral e essa comissão concluiu da existência apenas de dois forais, pelo que não iria entrar nessa discussão, não é historiador e presume que o senhor deputado também não tem nenhuma licenciatura em história pelo que estão os dois ao mesmo nível de informação. Acrescentou que poderia mostrar um parecer elaborado pela Dra. Olinda Santana para acabar definitivamente com esta questão que diz claramente que não há um Foral de Atei. Fisicamente existem dois documentos que estão em exposição na biblioteca e que estão à guarda da Câmara Municipal. Considera que acusar o município de desconsiderar uma freguesia é uma tontice pois ninguém está aqui para desconsiderar ninguém. Admite que as pessoas nas redes sociais possam fazer este tipo de afirmações mas que os políticos se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

devem abster desse tipo de considerações e de alimentar esse tipo de bairrismos, muitas vezes sem fundamento. Reiterou que não há nenhuma desconsideração em relação a Atei e qualquer aproveitamento político é uma tontice porque quem fez um cartaz tendo Mondim de Basto e Ermelo teria Atei certamente e que só não tem porque foi dito e cientificamente escrito que não há fisicamente um foral. Sobre a questão da Associação de Municípios do Baixo Tâmega, e quando se diz que não passou pela Assembleia, referiu que tinha quase a certeza que tinha sido decidido em Assembleia Municipal e que foi uma decisão dos órgãos autárquicos e que, na altura, os argumentos que foram apresentados foram disponibilidade financeira, entendendo-se que não se justificava o facto de o município participar anualmente com uma verba de cerca de trinta mil euros quando não havia nenhum projeto no Baixo Tâmega. Admitiu que se o deputado municipal lhe dissesse que a questão deve ser reavaliada concordaria como, inclusive, já manifestou ao Senhor Presidente da Câmara de Amarante a disponibilidade do município para o caso de a Associação do Baixo Tâmega ter um objetivo diferente daquele que teve no passado. Considera que não há decisões irrevogáveis e que se o município saiu porque não havia condições financeiras pode integrar novamente a Associação de Municípios do Baixo Tâmega se reduzirem substancialmente a participação e se houver projetos que sejam para a região, sendo Amarante um município importante. Sobre a mudança da CIM referiu que qualquer mudança de Comunidade Intermunicipal, a acontecer, teria que ser aprovada na Câmara e depois na Assembleia. Se não foi aprovada nem na Câmara, nem na Assembleia, significa que não há nenhuma decisão tomada. Referiu que houve uma intenção ou uma auscultação do município junto do Governo no sentido de perceber se havia a possibilidade de mudar para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Veio a verificar-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

posteriormente que da parte do Governo que não é possível neste momento a mudança. Salientou que, entre a vontade de mudar e a defesa do município, considera que deve prevalecer a defesa do município. Sobre o requerimento apresentado dos processos judiciais, referiu que não iria falar sobre processos judiciais, até porque já percebeu que têm conhecimento de fundo sobre os processos. Manifestou o seu espanto relativamente ao facto do partido político ter reunido com a comissão da ON2. Acrescentou apenas que, como no futebol há algumas equipas que perdem e tentam ganhar na secretaria aquilo que perderam dentro do campo, às vezes na política tenta-se ganhar nos tribunais aquilo que se perdeu legitimamente nas urnas. Agradeceu ao senhor deputado João Almeida ter falado no PDM e acrescentou que o atraso na revisão do PDM se deve apenas aos processos burocráticos. Mondim demora mais um bocado de tempo porque tem mais condicionantes, a carta ecológica está aprovada, a reserva agrícola também, o regime florestal está em vias de ser aprovado, faltando apenas uma reunião final da comissão de acompanhamento e depois a discussão pública, pelo que o PDM estará aí por um fio. Garantiu que não houve da parte do município nenhum descuido, nenhuma incompetência, muito pelo contrário, insistência, empenhamento e vontade só que vivemos num país que se chama Portugal com as dificuldades e com os processos que todos conhecemos. -----

O senhor Presidente da Câmara deu o uso a palavra ao senhor Vereador Paulo Mota. -----

O senhor Vereador Paulo Mota usou da palavra para fazer um ou dois comentários já que falaram no seu nome e fizeram recordar tempos idos a um passado em que assumia as funções de coordenador da JS. Referiu antes de mais que era um passado de que se orgulha até porque, enquanto estava na oposição, não foi só esse evento que fizeram na Casa da Igreja. Essa foi uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

das propostas apresentadas na altura. Acrescentou que preferiam apresentar propostas do que muitas das vezes se limitarem a esta oposição que considera um bocado destrutiva. Relativamente à Casa da Igreja, manifestou que mantinha essa preocupação, mas que a proposta apresentada na altura e nos termos em que foi feita não tem neste momento condições para ser executada. Julga que não espanta ninguém perceber que a proposta, nos termos em que ela foi feita – uma casa da juventude, com um ninho de empresas, ou uma unidade de alojamento - não tem condições e temos que ver as coisas como elas são. Acrescentou que iria também fazer um pequeno comentário pois considera esta uma política muito fácil, mas que respeita esta forma de política. Entende que é fácil fazer uma pequena pesquisa, ver as promessas que foram feitas há um par de anos atrás, não se aplicando à realidade de hoje em dia, e questionar as pessoas sobre aquilo que prometeram há muitos anos. É uma política tão fácil que se consegue fazer em cinco minutos. E passou a ler alguns parágrafos integrantes do programa eleitoral de 2005 do atual Presidente da Junta de Mondim de basto. «*Cultura, desporto e lazer – contribuir na criação de praias fluviais no rio Cabril, em Vilar de Viando, no rio Tâmega, Mondim – Pedravedra, com estruturas de apoio ao desporto, lazer e acampamento. Apoiar e promover atividades, dotar as associações de infraestruturas e criação de uma ludoteca*». Qual destes compromissos (e existem outros) está concretizado? Portanto é uma política que respeita mas da mesma forma que se diz que estão aqui há cinco anos e não conseguem concretizar aquela proposta, aquela que facilmente se percebe que não existem condições para a executar, da mesma forma pode dizer que já passaram nove anos para executar estas do programa eleitoral de 2005. -----

O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para fazer a defesa da honra e dizer que o senhor Presidente da Câmara assume dores que não lhe são dirigidas. Relativamente à Associação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

do Alto Tâmega, referiu que não falou senão em manifestação de intenções e não uma acusação de que tivesse sido decidido sair. Relativamente ao Foral, salientou que o senhor Presidente da Câmara fez o favor de ler o currículo de uma senhora que é extraordinário mas que já lá vai o tempo em que eram obrigados a ficar espantados com esses currículos. Repetiu que no Foral de Mondim estava escrito, e não reconhece fundamentação científica a ninguém que venha dizer que não existe um Foral de Atei, que se remete para o Foral de Atei, estando também citado no Foral o capítulo de Atei e está num dos três exemplares presentes na Torre do Tombo. Referiu que era evidente que não estava a fazer cair no senhor Presidente da Câmara a responsabilidade nem a acusação de uma injustiça. Existe a injustiça sem dirigir a responsabilidade dessa injustiça cometida a ninguém. Entende que o erro está cometido e que está nas mãos de quem esteja calmamente envolvido e de boa-fé corrigir esse erro. Há um Foral de Atei assim como o Bilhó está incluído no Foral de Ermelo, Cerva, Atei e Ermelo estão incluídos no Foral Manuelino. Se fisicamente são dois livros ou não existe um livro para Atei não tira nada a esta questão. Existe um Foral de Atei e está mencionado no texto do Foral de Mondim. Terminou dizendo que pediu a defesa da honra para esclarecer o que tinha dito e por considerar o termo tontice, utilizado pelo senhor Presidente, forte demais. E com a iliteracia que tem disse: *são tontas e iletradas as pessoas que tomaram essa decisão*».

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, fez a defesa da honra lamentando que o senhor Presidente da Câmara venha aqui trazer uma intervenção sua de há dois dias e não foi capaz naquele dia de o defrontar, deturpando a sua intervenção. Referiu que não desvalorizou a Via do Tâmega e que estava cansado de ouvir o senhor Presidente da Câmara dizer que este concelho não desenvolve porque não há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Via do Tâmega, o concelho não desenvolve porque vai fechar o tribunal e as finanças. Considera que o senhor Presidente da Câmara está sempre a arranjar desculpa para não fazer aquilo que prometeu no passado, mas que o que se promete no passado é responsabilizado agora. Conhecendo muito bem na altura a situação financeira da autarquia a comprovar por diversos artigos publicados nos jornais a dizer que a autarquia estava em rutura financeira, e que nessa altura, na qualidade de vereador da oposição, exigia ao senhor Fernando Pinto de Moura que fizesse obras, questionou sobre a razão pela qual prometeu coisas que sabia que não ia poder cumprir. Terminou dizendo que não desvalorizava a Via do Tâmega, mas que esta não era motivo para não se desenvolver o concelho de Mondim. Repetindo as palavras do Dr. José Marques, que disse que se não se puder ter as duas coisas, é melhor trabalhar o produto e deixar os acessos de lado porque pensar nos acessos e não ter o produto trabalhado não é a melhor solução, esta era também a sua forma de pensamento e que não tinha dito que a Via do Tâmega não é necessária. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para referir que tinha motivos para defender a honra, e que o senhor Presidente da Junta não veio defender a honra mas sim fazer um campeonato de perguntas e respostas, mas que só defendia a honra de quem lhe merecia a consideração, o que não era o caso. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata reunião de 6 de dezembro de 2013 -----

O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para fazer uma pequena correção à sua intervenção relativamente à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

comunicação que fez sobre a sua presença no Parlamento Europeu para fazer uma conferência sobre Os Caminhos de Santiago. Solicitou que fosse substituída a frase «Este inter-grupo é constituído e vai a todos os países da comunidade por deputados de diferentes origens ou fidelidades políticas» por «Este intergrupo é constituído por deputados de todos os países da Comunidade e por deputados de diferentes origens ou fidelidades políticas».

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para referir que, na reunião anterior, o representante da Junta de Freguesia fez uma intervenção da qual surgiu uma troca de palavras com o senhor Presidente da Câmara tendo sido solicitado ao senhor Presidente da Mesa que averiguasse se houve ou não insinuação. Face ao exposto, perguntou se o senhor Presidente da Mesa tinha avaliado a situação. -----

O senhor Presidente da Mesa referiu que não ouviu a gravação mas que confiava na transcrição que foi feita pela técnica designada para o efeito. Mais acrescentou que, se de facto o que está na ata não foi o que foi dito, poder-se-á fazer uma nova audição da gravação. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, referiu que apenas queria saber se o senhor Presidente da Assembleia tinha avaliado a questão colocada. Não tendo nada a acrescentar sobre a aprovação da ata, terminou a sua intervenção referindo que subscrevia aquilo que o representante da Junta de Freguesia tinha dito na sessão anterior e que, uma vez que o senhor Presidente da Câmara tinha dito que era preciso provar, se fosse preciso, estavam dispostos a provar. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 6 de dezembro de 2013 que foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e uma abstenção-**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.2- Substituição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Geral da CIM do AVE -----

O deputado municipal João Armando Saraiva de Almeida usou da palavra para dizer que, relativamente a este assunto, não se opunha à troca dos membros da Assembleia. Referiu que o que queria dizer é que o senhor João Alarcão, como membro da CIM do Ave, tendo já sido seu colega lá, sabia de uma celeuma que se levantou em relação às despesas de viagens de Lisboa que são apresentadas e que, tanto quanto sabe, não são assim tão poucas. Não tem nada contra a troca mas parte do princípio de que as pessoas eleitas para representar Mondim, saem de Mondim de Basto e não de Lisboa, que é o que prevê que irá acontecer, considerando que será outra vez um prejuízo para o erário público. -----

O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para dizer ao senhor arquiteto João Almeida que se tinha habituado já a ouvir com atenção as suas intervenções mas que esta intervenção o levava em sentido completamente contrário por uma razão. Referiu que, como o senhor arquiteto João de Almeida terá tido ocasião de ver, se lá esteve porque efetivamente faltou bastantes vezes, quando esta questão foi debatida, foi solicitado um parecer à CCDR que concluiu que não tem a receber nem recebe um tostão a mais daquilo que está na Lei que prevê que se receba desde a residência habitual e fiscal. Esta dúvida foi levantada e a CCDR informou dando-lhe razão. Acrescentou que tinha um segundo orgulho em relação a esta matéria porque a pessoa que levantou a questão foi desmentida e que teve o grato prazer de ser defendido por uma deputada do Partido Socialista, uma pessoa honesta e isenta, e por isso mesmo o defendeu da forma que defendeu e o assunto foi encerrado dando-lhe toda a razão. Assiste-lhe essa razão e continuará a fazê-lo. Terminou dizendo que, acerca do erário público, tomara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que todas as pessoas que se movem nesta matéria tivessem a consideração que devem pelos dinheiros do erário público e não o andassem a gastar de determinadas formas. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que sinceramente ficou abismado com uma intervenção desta natureza. Considera esta intervenção, usando as palavras do senhor Presidente da Câmara, não para ofender, uma tontice grande. Lamentou o facto de se vir para a Assembleia Municipal lavar roupa sobre um assunto que nem é da ordem de trabalhos. Considera que o maior prejuízo do erário público é uma pessoa ser eleita e nunca aparecer lá. Isso é que é um prejuízo, não ter uma pessoa do nosso concelho a defender os nossos interesses na CIM do Ave. Entende que quando uma pessoa não pode estar presente por qualquer motivo de ordem pessoal, e acredita que tenha sido por isso, a pessoa pede a renúncia e é substituída. Não havendo razões de força maior e a pessoa não comparecer está causando prejuízo ao município. Terminou dizendo que o senhor João Alarcão provou aqui que tinha o direito a essas ajudas, pelo que desafiou o senhor arquiteto João Almeida a provar que ele não tinha direito a isso. -----

O deputado municipal João Armando Saraiva de Almeida usou da palavra para referir que não estava a lavar roupa, nem a dizer que o senhor João Alarcão não tem direito às ajudas de custo que apresentou e lhe foram pagas. Não é isso que está a por em causa mas sim o que essa substituição acarreta, mais dinheiro para a CIM do Ave pagar aos seus membros da assembleia. Na sua opinião, e considera-se uma pessoa íntegra, não deixa de ser legal mas para si é imoral. Quanto às faltas que deu, referiu que faltou duas vezes justificadas, nunca lá tendi visto o senhor Presidente da Junta. Terminou dizendo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

também se admirava pelo facto de que a figura de coroa da coligação nunca tenha cá vindo quase a esta assembleia. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da alteração dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Geral da CIM do AVE que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.3- Eleição dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ -----

O deputado municipal João Armando Saraiva de Almeida usou da palavra para apresentar a proposta do Partido Socialista, com base na representatividade das bancadas políticas na Assembleia, propondo que a representação desta Assembleia Municipal na CPCJ de Mondim de Basto se efetue com a designação de três representantes do Partido Socialista e um da Coligação Juntos Pela Nossa Terra. Propôs como representantes do Partido Socialista os seguintes membros: **Valentim Carvalho Macedo, Maria Fernanda Lemos da Cunha e Joana Assunção Faria da Cunha Alegre.** Propôs ainda que a Coligação aceitasse a proposta do Partido Socialista e designasse um representante. -----

O deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para referir que a Coligação, aderindo ao convite do Partido Socialista, indicava como representante o deputado **Francisco Miguel Barros da Silva Ramos.** -----

2.4- Moção em defesa do Doentes Oncológico -----

Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Moção em defesa do Doentes Oncológicos que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.5- Alteração ao Regulamento da Horta Comunitária de Mondim de Basto -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Alteração ao Regulamento da Horta Comunitária de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade.** -

2.6- Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos não foram colocadas questões. ----

2.7- Apresentação do Relatório Anual de Avaliação de Atividade das CPCJ's no Ano de 2013 -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos não foram colocadas questões. ----

2.8- Informação do Executivo -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que, relativamente ao documento em apreço, vê que nas intervenções efetuadas na freguesia de Mondim de Basto continuam por resolver os problemas que existem há já muitos anos – muros de suporte às estradas, Senhora da Piedade, Bouça do Montão, estrada de Carrazedo. Alertou o senhor Presidente da Câmara para o facto de haver na freguesia várias situações de muros de suporte à estrada que poderão causar um acidente. Realçou que vê na informação do executivo preocupação em fazer algumas obras que não são tão prioritárias nem têm cariz de urgência e que, uma vez que não há dinheiro para fazer estradas, pelo menos que se resolvam estas pequenas obras porque as derrocadas estão a cair em propriedades privadas. Concluiu dizendo que, se terrenos particulares caíssem nas vias municipais, de certeza absoluta que a autarquia não deixava arrastar por tantos anos a obstrução de uma via municipal, pelo que pediu ao Senhor Presidente da Câmara que se colocasse do outro lado. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que concordava com o que o senhor Presidente de Junta referiu mas entende que quem tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que fazer essa avaliação é o senhor Presidente da Junta. Entende que este pode perfeitamente optar, que fez um caminho bem feito junto ao Cabril e anda a fazer outras obras, mas a opção tem que ser sua e que se considera que as obras são assim tão urgentes, com os meios de que dispõe, só tem que as fazer. Não entende porque é que, em vez de vir aqui exigir a escadaria na Recta da Pena, e com tantos recursos, o senhor Presidente da Junta não a faz. Considera que está aqui um bom exemplo para se substituir à Câmara e que, se não tiver meios, terá que aguardar que a Câmara faça as obras ao ritmo que a Câmara pode fazer. Concluiu dizendo que, relativamente às obras referidas, quem tem de fazer a avaliação de prioridades é o senhor Presidente da Junta e não a Câmara. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, referiu que as estradas são municipais, sendo da competência total do senhor Presidente da Câmara. Acrescentou que o caminho do rio Cabril não é uma estrada municipal, é a tal intervenção nas praias fluviais. Terminou dizendo que, pelo que entendeu, o senhor Presidente da Câmara lhe acabou de dar autorização para fazer a escadaria, pelo que agradeceu. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 17 de abril de 2014, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves,
designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----
